



PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO RIO BRANCO
GABINETE DO PREFEITO



OFÍCIO 785

Ofício nº 809/2025/GAPRE

Uruguaiana, 22 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Vereador Joalcei Alves Gonçalves
Presidente da Câmara Municipal de Uruguaiana
NESTA

Assunto: Encaminha Resposta.

Excelentíssimo Senhor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, em atenção ao disposto no inciso XIV do art. 96 da Lei Orgânica do Município de Uruguaiana, vimos pelo presente, encaminhar a **Comunicação Interna nº 215/2025 da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária (SEHARF)**, em resposta ao **Ofício nº 1685/2025/DLEG**, do Poder Legislativo, onde o Vereador Luis Fernando Braite solicita informações, conforme documento em anexo.

Sendo o que tínhamos para o momento, despeço-me com votos de elevada estima e consideração, permanecendo a disposição, para eventuais informações que ainda se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

Carlos Alberto Delgado de David,
Prefeito Municipal.



Foram realizadas pelas técnicas
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA



CI.Nº 215 /2025

DE:SEHARF

PARA:SEGOV

ASSUNTO: RESPOSTA OFICIO Nº517

DATA:21/10/2025

Uruguaiana,21 de outubro de 2025.

Senhor Secretário:

Na oportunidade em que cumprimento Vossa Senhoria, viemos por meio deste responder CI Nº1681/2025/SEGOV, a fim de atender o requerimento nº1.400 do Vereador Luis Fernando Braite.

Referente a lista de áreas pertencentes a extinta COHAB RS, a mesma foi fornecida pela SEHAB RS, que foram enviados os seguintes bairros são eles: PROMORAR I e II, PROFICAR, PROFILURB, COHAB I e II totalizando o número de 391 moradias no município que ainda necessitam de regularização.

OBJETIVO DO PROJETO TERRA: regularizar cerca de 60 mil imóveis construídos pela extinta COHAB RS, garantindo o direito de propriedade aos moradores, os mutirões estão sendo realizadas em diversas cidades do RS. Ocorreu nos dias 3 e 4 de outubro, no Clube da Cohab II o mutirão, Projeto Terra, na qual participaram todos os órgãos envolvidos para o processo da REHURB das áreas da COHAB RS. TJRS, GOVERNO DO ESTADO (Sehab), MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA, COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL, COLÉGIO REGIONAL REGISTRAL DO BRASIL E COMANDO MILITAR DO SUL.

Após o mutirão, a SEHARF segue a disposição da comunidade para esclarecimento e andamento do processo de REHURB, o qual refere-se a digitação de documentos e alimentação do sistema do estado para análise e parecer oficial.

Atenciosamente,

Melissa Mello
Secretária Municipal de Habitação e
Regularização Fundiária



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

OFÍCIO EXECUTIVO Nº 4685 /2025/DLEG

Uruguaiana, 9 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Carlos Alberto Delgado de David
Prefeito
Nesta

Assunto: Requer informações.

Senhor Prefeito,

1. Servimo-nos do presente para, em atenção ao Requerimento nº 1.400, do Vereador Luis Fernando Braite, aprovado pelo Douto Plenário, requerer a Vossa Excelência que determine, por meio da Secretaria competente, o fornecimento das seguintes informações acerca do Mutirão de Regularização Fundiária:

a) Escala agregada de atendimentos realizados, indicando o número de pessoas atendidas por bairro, comunidade ou região, sem identificar individualmente os cidadãos;

b) Se municípios não conseguiram participar do mutirão, quais os procedimentos disponíveis para buscar a regularização de seus imóveis fora do período do evento;

c) Qual é o objetivo principal do mutirão, quais critérios são utilizados para a seleção das áreas e quais resultados práticos já foram alcançados ou estão previstos a curto e médio prazo.

2. O Mutirão de Regularização Fundiária representa uma iniciativa fundamental para garantir o direito à moradia digna, a segurança jurídica e o pleno exercício da cidadania. A alta adesão popular demonstra a importância do programa e a necessidade de continuidade e expansão dessa política pública.

3. Entretanto, é essencial que a ação seja acompanhada com transparência e clareza sobre seus critérios, metas e resultados, respeitando sempre a privacidade dos participantes, conforme determina a LGPD.

4. As informações solicitadas visam possibilitar o acompanhamento legislativo e social do programa, bem como orientar os cidadãos que ainda aguardam a regularização de

Ver. JOALCEI ALVES GONÇALVES
Presidente